A CIDADE COMO ESPAÇO EDUCATIVO: ARQUITETURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE BAGÉ/RS

THE CITY AS AN EDUCATIONAL SPACE: ARCHITECTURE, MEMORY AND HERITAGE EDUCATION IN THE HISTORIC CENTER OF BAGÉ, BRAZIL

Camila Nunes Centena Alves[1]
Eliza Furlong Antochevis[2]
Marcelo Abrantes Goskes[3]
Sandro Martinez Conceição[4]

Resumo: O patrimônio arquitetônico e urbano constitui uma importante fonte de conhecimento sobre os processos históricos, sociais e culturais que contribuíram para a formação das cidades. Nesse contexto, a educação patrimonial apresenta possibilidades de aproximar os sujeitos das referências culturais presentes em seu cotidiano, favorecendo a leitura crítica da paisagem histórica e a compreensão das relações entre arquitetura, memória e identidade cultural. Objetivo: Analisar as potencialidades do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS como espaço educativo, discutindo as contribuições da leitura da paisagem histórica para a educação patrimonial, a compreensão da memória coletiva e a valorização da identidade cultural. Metodologia: A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo utiliza referenciais teóricos sobre educação patrimonial, memória coletiva, patrimônio cultural e cidade como espaço educativo, articulados à documentação histórica e institucional referente ao Centro Histórico de Bagé, especialmente o inventário arquitetônico e urbanístico, o Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011 e a Portaria IPHAE nº 62/2012. A interpretação das fontes foi organizada em três categorias analíticas: materialidade arquitetônica, memória urbana e potencialidade educativa. Resultados: A análise evidenciou que o reconhecimento patrimonial do Centro Histórico de Bagé está relacionado não apenas à relevância de edificações individualizadas, mas também às características do conjunto urbano, incluindo o traçado viário, a organização dos quarteirões, os espaços públicos, as tipologias arquitetônicas

[1] Autora: Mestranda em Ensino (PPGE UNIPAMPA), Especialista em Docência do Ensino Superior, Especialista em Gestão Pública, Arquiteta e Urbanista do Setor de Patrimônio Cultural e Professora de Arquitetura da Prefeitura de Bagé. Prefeitura Municipal de Bagé.

[2] Autora: Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural. Arquiteta do Departamento de Patrimônio e Professora da EMEP Dr. Antenor Gonçalves Pereira. Prefeitura Municipal de Bagé.

[3] Autor: Arquiteto e Urbanista do setor de patrimônio cultural na Prefeitura Municipal de Bagé. Prefeitura Municipal de Bagé.

[4] Orientador: Doutor em design (Pgdesign/Ufrgs). Doutorando em arquitetura e urbanismo (Prograu/Ufpel). Professor na Urcamp e fiscal de obras na Prefeitura Municipal de Bagé. Prefeitura Municipal de Bagé.

e as relações entre os elementos da paisagem. Esses atributos constituem registros materiais dos processos de formação e transformação da cidade e oferecem possibilidades de investigação histórica e interpretação educativa. Identificou-se, ainda, que a proteção institucional do patrimônio, embora fundamental para sua preservação, não assegura, isoladamente, a compreensão e a apropriação social dos valores culturais reconhecidos. Nesse sentido, a educação patrimonial pode contribuir para relacionar os conhecimentos históricos e arquitetônicos às experiências sociais, favorecendo abordagens críticas, participativas e contextualizadas. Conclusões: Conclui-se que o Centro Histórico de Bagé apresenta potencialidades para subsidiar práticas de educação patrimonial fundamentadas na leitura integrada da paisagem urbana, articulando arquitetura, memória coletiva e identidade cultural. A principal contribuição do estudo consiste em reconhecer a cidade como espaço de aprendizagem e o patrimônio urbano como fonte de conhecimento, para além de sua dimensão monumental e estética. Ressalta-se que os resultados representam possibilidades identificadas por meio de pesquisa bibliográfica e documental, não constituindo comprovação empírica de efeitos pedagógicos.

Palavras-chave: Educação patrimonial; Patrimônio urbano; Arquitetura; Memória coletiva; Centro Histórico de Bagé.

Abstract: Architectural and urban heritage constitutes an important source of knowledge about the historical, social, and cultural processes that have contributed to the development of cities. In this context, heritage education offers opportunities to connect individuals with the cultural references present in their everyday lives, fostering a critical interpretation of the historic urban landscape and an understanding of the relationships between architecture, memory, and cultural identity. Objective: To analyze the educational potential of the architectural and urban ensemble of the Historic Center of Bagé, Rio Grande do Sul, Brazil, discussing the contributions of interpreting the historic urban landscape to heritage education, the understanding of collective memory, and the appreciation of cultural identity. Methodology: This study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on a literature review and documentary analysis. It draws on theoretical perspectives concerning heritage education, collective memory, cultural heritage, and the city as an educational space, combined with historical and institutional documents relating to the Historic Center of Bagé, particularly the architectural and urban inventory, IPHAE Technical Opinion No. 18/2011, and IPHAE Ordinance No. 62/2012. The interpretation of the sources was organized into three analytical categories: architectural materiality, urban memory, and educational potential. Results: The analysis revealed that the heritage designation of the Historic Center of Bagé is associated not only with the significance of individual buildings but also with the characteristics of the urban ensemble, including the street layout, block organization, public spaces, architectural typologies, and relationships among the elements of the urban landscape. These attributes constitute material records of the city's historical development and transformation, offering opportunities for historical investigation and educational interpretation. The findings also indicate that institutional heritage protection, although essential for preservation, does not, by itself, ensure public understanding and social appropriation of recognized cultural values. In this regard, heritage education can help connect historical and architectural knowledge with social experiences, encouraging critical, participatory, and context-sensitive approaches. Conclusions: The study concludes that the Historic Center of Bagé has the potential to support heritage education practices grounded in an integrated interpretation of the urban landscape,

connecting architecture, collective memory, and cultural identity. Its main contribution lies in recognizing the city as a space for learning and urban heritage as a source of knowledge beyond its monumental and aesthetic dimensions. The findings represent possibilities identified through bibliographic and documentary research rather than empirical evidence of educational outcomes.

Keywords: *Heritage education; Urban heritage; Architecture; Collective memory; Historic Center of Bagé.*

INTRODUÇÃO

A cidade constitui um espaço de produção e transformação das relações sociais, no qual diferentes temporalidades, experiências e manifestações culturais se materializam na organização do território e na configuração da paisagem urbana. Ruas, praças, edificações, espaços públicos e demais elementos do ambiente construído não representam apenas estruturas físicas destinadas ao desenvolvimento das atividades cotidianas, mas também expressam processos históricos, políticos, econômicos e culturais que contribuíram para a formação das sociedades. Nessa perspectiva, a arquitetura e o espaço urbano podem ser compreendidos como fontes de conhecimento, capazes de revelar aspectos das transformações sociais, das formas de ocupação territorial e das relações estabelecidas entre os sujeitos e os lugares que habitam. A leitura da cidade, portanto, ultrapassa sua dimensão funcional e possibilita reconhecer, na materialidade do ambiente construído, registros de diferentes períodos históricos e experiências coletivas.

A compreensão da cidade como espaço educativo fundamenta-se no reconhecimento de que os processos de aprendizagem não se restringem às instituições escolares, mas também se desenvolvem nas interações estabelecidas com o ambiente social, cultural e espacial. O território urbano reúne referências materiais e simbólicas que podem contribuir para a construção de conhecimentos relacionados à história, à cultura, à organização espacial e às experiências humanas. Dessa forma, a cidade pode ser compreendida simultaneamente como contexto no qual ocorrem processos educativos e como

objeto de investigação, interpretação e aprendizagem. Essa perspectiva permite reconhecer que os espaços urbanos, quando observados e problematizados, oferecem possibilidades de articulação entre conhecimentos escolares, experiências cotidianas e referências culturais presentes na vida social.

Essa compreensão encontra aproximações com o pensamento de Paulo Freire, especialmente no que se refere à relação entre educação, experiência social e leitura crítica da realidade. Em A importância do ato de ler, Freire (1989) destaca a relação entre a leitura da palavra e a leitura do mundo, reconhecendo que a compreensão da realidade vivida participa dos processos de construção do conhecimento. Embora sua reflexão não tenha sido formulada especificamente para o campo do patrimônio arquitetônico, oferece fundamentos para compreender que os espaços e as experiências presentes no cotidiano podem constituir pontos de partida para práticas educativas. Aplicada à cidade, essa concepção possibilita considerar a paisagem urbana como uma realidade a ser observada, questionada e interpretada criticamente, estabelecendo relações entre a materialidade dos espaços e os processos históricos e sociais que contribuíram para sua formação.

A relação entre cidade e educação também pode ser discutida a partir das contribuições de Jaume Trilla Bernet, que compreende a cidade em diferentes dimensões educativas, considerando-a como ambiente, agente e conteúdo dos processos de aprendizagem. Essa abordagem permite reconhecer que o espaço urbano não constitui apenas o cenário no qual se desenvolvem atividades educativas, mas também reúne experiências, informações, relações sociais e referências culturais que podem ser mobilizadas pedagogicamente. A possibilidade de aprender na cidade, aprender da cidade e aprender a cidade amplia a compreensão dos ambientes urbanos como espaços de formação, favorecendo abordagens que relacionem o conhecimento histórico e cultural às experiências concretas dos sujeitos com o território.

No campo do patrimônio cultural, essas reflexões adquirem relevância diante das transformações ocorridas nas concepções de preservação e valorização dos bens culturais. Historicamente, o reconhecimento patrimonial

esteve frequentemente associado à excepcionalidade artística, arquitetônica e histórica de determinados monumentos e edificações. Entretanto, a ampliação do conceito de patrimônio favoreceu o reconhecimento de referências culturais relacionadas às práticas sociais, aos modos de vida, às experiências coletivas e às identidades de diferentes grupos. Essa transformação contribui para compreender o patrimônio não apenas como um conjunto de objetos materiais considerados relevantes, mas como resultado de processos sociais de atribuição de valores e significados.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representou um marco importante nessa ampliação conceitual. O artigo 216 reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, que constituem referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa definição permite compreender o patrimônio cultural para além da valorização isolada de monumentos, abrangendo conjuntos urbanos, paisagens, práticas culturais e diferentes manifestações relacionadas à formação histórica e social do país (Brasil, 1988). Sob essa perspectiva, a preservação patrimonial envolve não apenas a proteção física de determinados bens, mas também o reconhecimento das relações sociais e culturais que lhes atribuem significado.

A ampliação da concepção de patrimônio cultural também produziu repercussões nas discussões sobre educação patrimonial. Conforme Florêncio et al. (2014), as práticas educativas relacionadas ao patrimônio passaram por transformações conceituais e metodológicas, acompanhando as mudanças nas políticas de preservação e nas formas de participação social. A educação patrimonial, nesse contexto, pode ser compreendida como um processo educativo que considera as referências culturais como elementos para a construção de conhecimentos, valorizando a participação dos sujeitos e a relação entre patrimônio, memória, identidade e território. Essa compreensão ultrapassa abordagens centradas exclusivamente na transmissão de

informações históricas e arquitetônicas, reconhecendo a importância das experiências sociais na interpretação dos bens culturais.

A educação patrimonial, entretanto, não constitui um campo homogêneo, sendo marcada por diferentes concepções sobre o patrimônio, a educação e o papel dos sujeitos nos processos de aprendizagem. Scifoni (2012), ao discutir as relações entre educação e patrimônio cultural, contribui para problematizar os fundamentos das práticas educativas desenvolvidas nesse campo, especialmente quanto aos seus objetivos e às formas de compreensão do patrimônio. A reflexão da autora permite considerar que as práticas educativas precisam ultrapassar a apresentação de informações sobre os bens culturais, incorporando questionamentos sobre os processos de reconhecimento patrimonial, as relações sociais e os significados atribuídos aos espaços. Dessa maneira, a educação patrimonial pode assumir uma perspectiva crítica, na qual o patrimônio não é apresentado como uma realidade neutra ou definitiva, mas como uma construção histórica e social sujeita a diferentes interpretações.

A discussão sobre o caráter educativo do patrimônio também encontra contribuições em Cecília Londres (2012), que relaciona a preservação cultural aos processos de transmissão, difusão e apropriação dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais. Para a autora, a proteção legal e as medidas de conservação não podem ser compreendidas de maneira dissociada das relações estabelecidas entre o patrimônio e os grupos sociais aos quais ele se refere. Essa reflexão evidencia que o reconhecimento institucional de um bem cultural, embora represente um instrumento importante de preservação, não assegura, isoladamente, sua compreensão e valorização social. A educação, nesse sentido, constitui uma dimensão fundamental para aproximar os sujeitos dos bens culturais, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos e reflexões sobre seus significados históricos, sociais e culturais.

Essa perspectiva permite estabelecer uma distinção entre a proteção institucional do patrimônio e sua apropriação social. O tombamento e os demais instrumentos de preservação representam formas de reconhecimento e proteção de determinados valores culturais, mas não garantem que esses valores sejam

compreendidos ou compartilhados de maneira uniforme pela sociedade. Diferentes grupos podem estabelecer relações distintas com os mesmos espaços, atribuindo-lhes significados associados às suas experiências, memórias e formas de participação na vida urbana. Assim, a educação patrimonial não deve ser compreendida apenas como um instrumento destinado a convencer a população sobre a necessidade de preservar bens previamente selecionados, mas como uma possibilidade de construção de conhecimentos e de reflexão sobre os próprios processos de atribuição de valor ao patrimônio.

Nessa direção, Florêncio (2012) discute a educação patrimonial como processo de mediação, oferecendo contribuições para compreender as relações entre patrimônio cultural, sujeitos e produção de conhecimentos. A perspectiva da mediação permite reconhecer que os bens culturais não devem ser tratados apenas como objetos de contemplação ou como fontes de informações previamente definidas, mas como referências capazes de suscitar interpretações, questionamentos e relações com as experiências sociais. No contexto urbano, essa abordagem possibilita considerar a arquitetura e a paisagem histórica como elementos mediadores de processos educativos, desde que sua interpretação esteja relacionada às experiências dos sujeitos e aos contextos históricos e culturais nos quais os espaços foram produzidos e transformados.

A construção de uma educação patrimonial crítica também encontra fundamentos na concepção dialógica de educação desenvolvida por Paulo Freire. Em Pedagogia do oprimido, Freire (1987) problematiza práticas educativas baseadas na transmissão unilateral de conhecimentos e defende uma educação fundamentada no diálogo, na participação e na reflexão crítica sobre a realidade. Essa perspectiva contribui para compreender que a interpretação do patrimônio cultural não deve estar restrita aos conhecimentos técnicos ou institucionais, mas pode envolver diferentes saberes e experiências sociais. A aproximação entre educação patrimonial e pedagogia crítica favorece, portanto, o reconhecimento dos sujeitos como participantes ativos da construção

de conhecimentos sobre os espaços e as referências culturais que integram seu cotidiano.

A dimensão social da educação patrimonial também pode ser compreendida a partir das reflexões de Tolentino (2012), que problematiza os significados atribuídos ao patrimônio cultural e a importância de reconhecer diferentes referências culturais nos processos educativos. Essa perspectiva contribui para questionar abordagens que apresentam o patrimônio como um conjunto de bens cujo valor seria universalmente reconhecido, independentemente das experiências e interpretações dos sujeitos. Ao considerar a diversidade de referências culturais, torna-se possível compreender que o patrimônio pode assumir significados distintos para diferentes grupos, exigindo práticas educativas abertas ao diálogo e à pluralidade de interpretações.

A relação entre patrimônio, memória e identidade constitui outra dimensão fundamental dessa discussão. Halbwachs (2006), ao desenvolver o conceito de memória coletiva, evidencia que as lembranças são construídas e reconstruídas nas relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos sociais. Nessa perspectiva, os espaços podem desempenhar um papel importante na organização das referências compartilhadas, participando dos processos de construção e permanência das memórias. A cidade, enquanto ambiente de convivência e transformação, reúne elementos materiais que podem constituir referências para a memória coletiva, embora os significados atribuídos a esses elementos não sejam necessariamente homogêneos ou permanentes.

A permanência física de uma edificação, portanto, não assegura a continuidade de seus usos, significados ou relações com a sociedade. Ao longo do tempo, os espaços urbanos podem passar por transformações materiais e funcionais, ao mesmo tempo em que diferentes grupos constroem novas interpretações sobre sua história. A memória urbana, dessa maneira, não deve ser compreendida como uma narrativa única e estática, mas como um campo de experiências, permanências, transformações e disputas de significado. Essa compreensão permite reconhecer que a leitura educativa da cidade precisa

considerar tanto os registros materiais do passado quanto as experiências contemporâneas que participam da atribuição de sentidos aos lugares.

Nesse contexto, a arquitetura pode ser compreendida como uma fonte documental para a investigação histórica. Materiais construtivos, técnicas de execução, organização espacial, ornamentações, relações de escala e volumetria, alterações de uso e intervenções realizadas ao longo do tempo constituem vestígios materiais que podem contribuir para a compreensão das condições históricas de produção e transformação do ambiente construído. Entretanto, esses elementos não apresentam significados históricos autônomos, sendo necessário relacioná-los a outras fontes documentais e aos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais nos quais foram produzidos. A leitura da arquitetura como documento histórico permite, assim, ultrapassar a análise exclusivamente formal das edificações, reconhecendo suas relações com os processos sociais que contribuíram para a configuração da paisagem urbana.

Essa abordagem adquire particular relevância nos centros históricos, nos quais a paisagem reúne registros materiais de diferentes períodos e processos de transformação. A compreensão desses espaços como conjuntos arquitetônicos e urbanísticos permite ultrapassar a análise isolada de edificações consideradas excepcionais, valorizando as relações entre ruas, praças, espaços públicos, construções e formas de ocupação territorial. A paisagem histórica, nessa perspectiva, constitui uma expressão das relações entre sociedade e espaço, na qual permanências e transformações podem ser interpretadas como elementos de investigação. Sob o ponto de vista educativo, a leitura integrada desses elementos oferece possibilidades de articulação entre História, Geografia, Arquitetura, Artes e Educação, favorecendo a compreensão da cidade como resultado de processos históricos sucessivos.

As experiências brasileiras de educação patrimonial desenvolvidas em diferentes contextos urbanos oferecem contribuições para compreender essas possibilidades. No caderno temático Educação patrimonial: reflexões e práticas, organizado por Tolentino (2012), são apresentadas iniciativas que articulam patrimônio cultural, participação social e práticas educativas. Entre elas,

destaca-se o programa João Pessoa, Minha Cidade, desenvolvido pela Casa do Patrimônio de João Pessoa em parceria com instituições públicas e escolas municipais. A experiência envolveu atividades de sensibilização, discussões sobre memória, identidade e patrimônio cultural, aulas de campo no Centro Histórico e oficinas de expressão artística, nas quais os estudantes puderam representar elementos da paisagem urbana a partir de suas próprias percepções.

A experiência de João Pessoa demonstra uma possibilidade de articulação entre a educação formal e o ambiente urbano, considerando o patrimônio cultural como referência para atividades de observação, interpretação e produção de conhecimentos. Ao envolver estudantes que residiam ou estudavam no Centro Histórico, a proposta buscou aproximar as referências culturais presentes no cotidiano dos participantes das discussões desenvolvidas no ambiente escolar. A realização de percursos urbanos e atividades artísticas evidencia que a cidade pode ser mobilizada pedagogicamente por meio de diferentes linguagens e procedimentos, permitindo que a leitura da paisagem seja relacionada às experiências e percepções dos sujeitos (Tolentino, 2012).

Outra contribuição para essa discussão encontra-se no estudo de Saba (s.d.), intitulado Educação patrimonial: um caminho para ressignificar a história local, que analisa o projeto educativo Rolé na Penha, desenvolvido em uma escola municipal situada na Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro. A iniciativa foi construída a partir da participação de professores e estudantes na identificação de referências culturais da localidade, articulando a história do bairro, as memórias da comunidade e as experiências dos participantes. O projeto envolveu atividades de investigação do território e percursos mediados por estudantes, possibilitando diferentes formas de interpretação das referências culturais presentes no espaço urbano.

A análise apresentada por Saba (s.d.) destaca a importância da participação dos sujeitos na construção de conhecimentos sobre o território, reconhecendo que a história local não se limita às narrativas institucionais ou aos acontecimentos tradicionalmente destacados. A experiência permite

compreender que as referências culturais podem constituir pontos de partida para a valorização de memórias familiares, experiências comunitárias e diferentes formas de pertencimento. Nesse sentido, a educação patrimonial pode contribuir para a ressignificação da história local, ao reconhecer a pluralidade de narrativas e a importância das experiências sociais na interpretação dos espaços.

Embora desenvolvidas em contextos distintos, as experiências de João Pessoa e do Rolé na Penha apresentam aproximações importantes para a presente investigação. Ambas reconhecem o território como referência para processos educativos e demonstram possibilidades de articulação entre patrimônio cultural, memória e participação dos sujeitos. Entretanto, enquanto essas experiências apresentam práticas educativas efetivamente desenvolvidas, o presente estudo concentra-se na análise teórica, bibliográfica e documental das potencialidades educativas de um conjunto urbano protegido. Dessa forma, não se pretende avaliar resultados de intervenções pedagógicas realizadas em Bagé, mas discutir de que maneira a leitura integrada de sua paisagem histórica pode oferecer fundamentos para futuras práticas de educação patrimonial.

Reconhecer essas potencialidades, contudo, não significa considerar que a simples presença de edificações históricas produza automaticamente processos de aprendizagem. A transformação do patrimônio urbano em recurso educativo depende de procedimentos de observação, contextualização, interpretação e problematização que possibilitem estabelecer relações entre os elementos materiais e os conhecimentos que se pretende construir. A cidade pode ser compreendida como espaço educativo não apenas por reunir referências históricas e culturais, mas pelas possibilidades de investigação e reflexão que essas referências oferecem quando articuladas a processos pedagógicos intencionalmente organizados.

No município de Bagé, localizado na região da Campanha do Rio Grande do Sul, essa discussão encontra um objeto de investigação no conjunto arquitetônico e urbano de seu Centro Histórico. A formação da cidade está relacionada aos processos de ocupação e organização territorial da região,

marcados por transformações políticas, econômicas e sociais que influenciaram a configuração de sua paisagem. Ao longo desse processo, a organização do espaço urbano e a produção arquitetônica passaram a expressar diferentes momentos da história local, constituindo referências materiais que contribuem para a compreensão de sua formação e desenvolvimento.

O reconhecimento institucional do Centro Histórico de Bagé como patrimônio cultural protegido em âmbito estadual foi formalizado pela Portaria IPHAE nº 62/2012. A delimitação da área protegida, que compreende uma poligonal de 101 quarteirões, reconhece a relevância histórica, arquitetônica e urbanística do conjunto, constituindo uma referência documental para a investigação de suas características e transformações. A proteção institucional evidencia o reconhecimento de determinados atributos culturais presentes no tecido urbano, mas também suscita reflexões sobre as possibilidades de interpretação e apropriação social desses valores patrimoniais.

A análise do Centro Histórico de Bagé como conjunto urbano permite considerar as relações estabelecidas entre seus diferentes componentes, compreendendo a paisagem como resultado de processos históricos sucessivos. O traçado das vias, a organização dos espaços públicos, a composição arquitetônica das edificações e as transformações nas formas de ocupação constituem dimensões que podem ser investigadas de maneira articulada. Essa perspectiva possibilita compreender o patrimônio urbano para além da excepcionalidade de determinados edifícios, reconhecendo que o significado cultural do conjunto também se relaciona às formas de organização territorial e às experiências sociais que contribuíram para sua constituição.

No campo da educação patrimonial, essa abordagem oferece possibilidades para a construção de conhecimentos relacionados à história local, à memória coletiva e às transformações urbanas. A interpretação da paisagem histórica pode favorecer a formulação de questões sobre os processos de formação da cidade, os diferentes usos dos espaços, as técnicas construtivas e as relações entre arquitetura e sociedade. Ao mesmo tempo, permite problematizar os critérios de seleção e valorização patrimonial, considerando

que os bens institucionalmente reconhecidos representam determinadas interpretações sobre o passado e que outras referências culturais podem coexistir no território.

A relevância dessa discussão reside na possibilidade de aproximar os fundamentos teóricos da educação patrimonial das características de um conjunto urbano historicamente constituído e institucionalmente protegido. Embora o reconhecimento patrimonial estabeleça instrumentos de preservação, permanece pertinente investigar de que maneira as informações históricas, arquitetônicas e urbanísticas disponíveis podem ser mobilizadas como referências educativas. Essa questão não pressupõe a ausência de ações de educação patrimonial no município, mas delimita uma investigação sobre as potencialidades da leitura integrada do Centro Histórico como recurso para processos de aprendizagem.

Diante dessas considerações, estabelece-se como problema de pesquisa: de que maneira a leitura do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS pode contribuir para a construção de práticas de educação patrimonial que relacionem arquitetura, memória coletiva e identidade cultural? A investigação parte do entendimento de que a paisagem urbana pode constituir uma fonte de conhecimento histórico e cultural, cuja interpretação educativa exige considerar tanto sua materialidade quanto os processos sociais e simbólicos associados à sua formação e transformação.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as potencialidades do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS como espaço educativo, discutindo as contribuições da leitura da paisagem histórica para a educação patrimonial, a compreensão da memória coletiva e a valorização da identidade cultural. Especificamente, busca-se investigar os fundamentos teóricos da educação patrimonial e sua relação com a cidade como espaço de aprendizagem; discutir a arquitetura e a paisagem urbana como documentos históricos; contextualizar a formação e a proteção institucional do Centro Histórico de Bagé; e identificar possibilidades educativas associadas à interpretação integrada do conjunto urbano.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo articula produções acadêmicas sobre educação patrimonial, cidade como espaço educativo, memória coletiva e patrimônio cultural com documentos institucionais relacionados à formação e à proteção do Centro Histórico de Bagé. A análise será orientada pelas categorias de materialidade arquitetônica, memória urbana e potencialidade educativa, buscando estabelecer relações entre os fundamentos teóricos e as características do objeto investigado.

A contribuição pretendida consiste em ampliar a compreensão do patrimônio arquitetônico e urbano como recurso educativo, destacando as possibilidades de interpretação crítica da paisagem histórica e suas relações com os processos de construção do conhecimento. Ao considerar o Centro Histórico de Bagé como um conjunto de referências culturais e registros materiais das transformações sociais, a pesquisa busca oferecer subsídios teóricos para futuras práticas de educação patrimonial que valorizem a cidade como espaço de aprendizagem, memória e reflexão sobre as relações entre sociedade e território.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. A escolha dessa abordagem decorre da natureza do objeto investigado, uma vez que se busca analisar as potencialidades educativas do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS, considerando suas relações com a memória coletiva, a identidade cultural e os processos de educação patrimonial. A investigação concentra-se na interpretação de referenciais teóricos e fontes documentais, sem a realização de entrevistas, levantamentos de campo ou intervenções pedagógicas, não tendo

como finalidade mensurar resultados de aprendizagem, mas compreender de que maneira a paisagem histórica pode constituir uma referência para a construção de conhecimentos sobre a cidade e seu patrimônio cultural.

O recorte espacial corresponde ao Centro Histórico de Bagé, localizado na região da Campanha do Rio Grande do Sul, reconhecido como patrimônio cultural protegido em âmbito estadual pela Portaria IPHAE nº 62/2012. A delimitação da área de estudo considera o conjunto urbano abrangido pela poligonal de tombamento, cuja definição foi fundamentada em inventário arquitetônico e urbanístico que contemplou 101 quarteirões. A escolha desse recorte justifica-se pela relevância histórica, arquitetônica e paisagística do conjunto e pela possibilidade de investigar suas características como registros materiais dos processos de formação e transformação da cidade. A unidade de análise, portanto, não corresponde a edificações isoladas, mas às relações estabelecidas entre o traçado urbano, os espaços públicos, as tipologias arquitetônicas, as formas de ocupação territorial e a paisagem histórica.

O percurso metodológico organiza-se em três etapas complementares: levantamento e análise bibliográfica; levantamento e análise documental do Centro Histórico de Bagé; e interpretação das potencialidades educativas do conjunto urbano por meio de categorias temáticas. A articulação dessas etapas busca estabelecer relações entre os fundamentos conceituais da educação patrimonial e os atributos históricos, arquitetônicos e urbanísticos identificados nas fontes, permitindo desenvolver uma análise que considere tanto a materialidade do patrimônio quanto seus significados culturais e suas possibilidades de interpretação educativa.

A primeira etapa compreende a pesquisa bibliográfica, direcionada ao estudo dos conceitos de cidade como espaço educativo, patrimônio cultural, educação patrimonial, memória coletiva e arquitetura como documento histórico. O referencial teórico reúne contribuições de autores que discutem a relação entre educação e experiência social, os processos de construção da memória, a atribuição de valores ao patrimônio e as possibilidades educativas dos espaços urbanos. Nesse contexto, destacam-se as reflexões de Freire (1987; 1989),

Halbwachs (2006), Londres (2012), Florêncio (2012), Scifoni (2012), Tolentino (2012) e Florêncio et al. (2014), além das discussões de Trilla Bernet sobre as dimensões educativas da cidade.

A seleção das publicações considera sua pertinência em relação ao problema e aos objetivos da pesquisa, priorizando trabalhos que abordem a educação patrimonial sob perspectivas críticas, participativas e contextualizadas, bem como estudos que compreendam o território e as referências culturais como elementos constitutivos dos processos educativos. Também são consideradas pesquisas e experiências desenvolvidas em centros históricos e outros espaços urbanos, entre elas o programa *João Pessoa, Minha Cidade*, apresentado no caderno temático organizado por Tolentino (2012), e o estudo de Saba (s.d.) sobre o projeto *Rolé na Penha*. Essas produções são utilizadas como referências para a discussão das relações entre patrimônio, memória, história local e educação, sem que suas experiências ou resultados sejam atribuídos ao contexto de Bagé.

A segunda etapa corresponde à pesquisa documental, orientada à identificação e à interpretação de fontes relacionadas à formação histórica, à configuração urbana e ao reconhecimento patrimonial do Centro Histórico de Bagé. O corpus documental principal compreende o estudo *O patrimônio urbano da Rainha da Fronteira: Bagé, RS*, de Gutierrez e Neutzling (2011), o Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011 e a Portaria IPHAE nº 62/2012, além das informações institucionais disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado sobre o processo de tombamento. Esses documentos constituem referências para a compreensão dos atributos arquitetônicos e urbanísticos reconhecidos na proteção estadual e dos processos históricos associados à configuração do conjunto.

O estudo de Gutierrez e Neutzling (2011) constitui uma fonte relevante por apresentar a análise do tecido urbano de Bagé a partir do inventário realizado em 2009, fundamentado na metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A publicação examina aspectos relacionados à estrutura viária, aos espaços

públicos, ao parcelamento do solo, à implantação das edificações, às tipologias arquitetônicas e à paisagem natural. Esses elementos oferecem subsídios para compreender a configuração do conjunto histórico e suas transformações, possibilitando uma leitura integrada da arquitetura e da organização territorial.

O Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011 e a Portaria IPHAE nº 62/2012 são considerados fontes documentais para a compreensão dos fundamentos e dos instrumentos de proteção patrimonial. Sua análise busca identificar os valores históricos, arquitetônicos e urbanísticos atribuídos ao conjunto, os critérios utilizados para o reconhecimento institucional e as características consideradas relevantes para sua preservação. A utilização dessas fontes permite relacionar os atributos materiais do Centro Histórico aos processos de seleção e valorização patrimonial, reconhecendo que os documentos institucionais expressam interpretações técnicas e administrativas sobre o território, sem necessariamente abranger a totalidade das experiências e memórias sociais associadas à cidade.

A seleção e a interpretação das fontes documentais consideram os critérios de procedência, identificação da autoria ou instituição responsável, relação com o recorte espacial e pertinência aos objetivos da investigação. São priorizados documentos que possibilitem compreender o Centro Histórico como conjunto arquitetônico e urbanístico, evitando restringir a análise à descrição de monumentos ou edificações individualizadas. Quando mencionados, os imóveis de interesse cultural são considerados como componentes do tecido urbano, de modo que suas características contribuam para a interpretação das relações espaciais, históricas e paisagísticas do conjunto.

A terceira etapa consiste na sistematização e interpretação das informações bibliográficas e documentais a partir de três categorias analíticas: materialidade arquitetônica, memória urbana e potencialidade educativa. As categorias foram definidas em correspondência com os objetivos da investigação e constituem eixos de organização da análise, permitindo estabelecer relações entre os atributos do ambiente construído, os processos históricos e culturais associados à cidade e suas possibilidades de utilização como recurso educativo.

A categoria *materialidade arquitetônica* contempla os elementos físicos e espaciais que constituem a paisagem histórica, incluindo o traçado viário, o parcelamento urbano, as relações entre edificações e espaços públicos, as tipologias arquitetônicas, os materiais e técnicas construtivas e as transformações documentadas no ambiente construído. A interpretação desses elementos busca compreender a arquitetura e a organização urbana como registros materiais dos processos de formação e desenvolvimento da cidade, considerando suas possibilidades de leitura como fontes de conhecimento histórico.

A categoria *memória urbana* compreende as relações entre o espaço construído, os processos históricos e os significados culturais identificáveis nas fontes consultadas. Nessa dimensão, são consideradas as informações relativas à formação do território, às transformações nos usos e na ocupação dos espaços, ao reconhecimento institucional do patrimônio e às referências históricas associadas ao conjunto. A análise parte do entendimento de que a memória coletiva não constitui uma narrativa única ou permanente, reconhecendo que os documentos selecionados representam determinadas perspectivas sobre o passado e que outras experiências e interpretações podem não estar contempladas nas fontes disponíveis.

A categoria *potencialidade educativa* corresponde à identificação de possibilidades de interpretação da paisagem histórica como recurso para processos de educação patrimonial. Essa dimensão é desenvolvida mediante a articulação entre os atributos arquitetônicos e urbanísticos documentados e os fundamentos teóricos relacionados à aprendizagem, à leitura crítica do território e à participação dos sujeitos na construção de conhecimentos. São consideradas possibilidades de observação, investigação, contextualização e problematização dos elementos do conjunto urbano, especialmente no que se refere à compreensão da formação da cidade, das transformações arquitetônicas, das relações entre sociedade e espaço e dos processos de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural.

Para a organização da análise, utiliza-se uma matriz interpretativa que relaciona as três categorias temáticas às informações identificadas nas fontes e às possibilidades educativas decorrentes de sua interpretação. Esse procedimento permite sistematizar os elementos documentados, estabelecer aproximações entre diferentes informações e reconhecer aspectos da paisagem histórica que podem subsidiar futuras propostas de educação patrimonial. A matriz possui finalidade analítica e não constitui instrumento de mensuração de aprendizagem ou de avaliação da eficácia de práticas educativas.

A interpretação dos dados fundamenta-se na leitura crítica e na articulação entre as fontes bibliográficas e documentais, buscando identificar convergências, complementaridades e limites das informações disponíveis. O procedimento considera a distinção entre os atributos históricos e urbanísticos efetivamente documentados e as possibilidades educativas formuladas a partir de sua análise. Dessa forma, as potencialidades identificadas constituem resultados interpretativos da pesquisa, não sendo apresentadas como efeitos pedagógicos empiricamente comprovados.

Por se tratar de uma investigação bibliográfica e documental, as conclusões estão circunscritas às informações presentes nas fontes selecionadas e às relações estabelecidas com o referencial teórico. A pesquisa não permite avaliar diretamente o conhecimento da população sobre o Centro Histórico, suas percepções de pertencimento ou os resultados de ações educativas eventualmente desenvolvidas no município. Reconhecer esses limites é fundamental para evitar generalizações e preservar a correspondência entre os procedimentos metodológicos e as conclusões apresentadas.

Desse modo, o percurso metodológico busca compreender o Centro Histórico de Bagé como um conjunto arquitetônico e urbano que reúne registros materiais e referências culturais passíveis de interpretação educativa. A articulação entre a pesquisa bibliográfica, a análise documental e as categorias temáticas estabelecidas possibilita discutir a cidade como espaço de aprendizagem e identificar fundamentos para futuras práticas de educação

patrimonial que considerem a paisagem histórica em sua dimensão arquitetônica, urbana e sociocultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental permite compreender o Centro Histórico de Bagé/RS como um conjunto arquitetônico e urbano cujos elementos materiais, históricos e culturais oferecem possibilidades de interpretação educativa. A articulação entre os documentos de reconhecimento patrimonial, os estudos sobre a formação urbana do município e os referenciais teóricos da educação patrimonial evidencia que a paisagem histórica pode ser compreendida não apenas como objeto de preservação, mas também como fonte de conhecimento sobre os processos de constituição e transformação da cidade.

Os resultados são discutidos a partir das três categorias estabelecidas na metodologia: materialidade arquitetônica, memória urbana e potencialidade educativa. Embora apresentadas separadamente para fins analíticos, essas dimensões encontram-se inter-relacionadas, uma vez que a configuração física do espaço urbano expressa processos históricos e sociais, enquanto os significados atribuídos aos lugares participam da construção de referências culturais e possibilidades de aprendizagem.

O Centro Histórico de Bagé como documento da memória urbana

A análise da documentação referente ao Centro Histórico de Bagé evidencia que o reconhecimento patrimonial do conjunto está relacionado não apenas à presença de edificações de interesse histórico e arquitetônico, mas também às características de sua configuração urbana. Essa compreensão encontra respaldo no estudo desenvolvido por Gutierrez e Neutzling (2011), que apresenta uma leitura do patrimônio urbano de Bagé a partir de elementos como a malha viária, o parcelamento do solo, os espaços públicos, a implantação das edificações e as relações estabelecidas entre a arquitetura e a paisagem natural.

O inventário arquitetônico e urbanístico realizado em 2009, utilizado como referência para o processo de reconhecimento patrimonial, contemplou uma área de 101 quarteirões e 2.620 edificações. A abrangência desse levantamento demonstra a importância de considerar o patrimônio urbano como um conjunto de elementos interdependentes, cuja compreensão ultrapassa a identificação de construções isoladas. Nesse sentido, o valor cultural da área está relacionado tanto às características particulares das edificações quanto às relações espaciais que constituem a paisagem histórica (Gutierrez; Neutzling, 2011).

A proteção estadual foi formalizada pela Portaria IPHAE nº 62/2012, fundamentada em estudos e avaliações técnicas que reconheceram atributos históricos, arquitetônicos e urbanísticos do perímetro antigo da cidade. O Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011, que subsidiou o processo de tombamento, considera aspectos da formação urbana e da configuração do conjunto, estabelecendo distinções entre o núcleo fundacional e a área de expansão do perímetro antigo. Essa diferenciação permite compreender que o Centro Histórico reúne registros de diferentes momentos de desenvolvimento urbano, constituindo uma paisagem marcada por permanências e transformações.

A identificação dessas características possibilita interpretar o Centro Histórico como um documento material da formação da cidade. O traçado das ruas, a organização dos quarteirões, as relações entre os espaços públicos e privados e a implantação das edificações expressam formas de organização territorial que resultaram de decisões, práticas construtivas e condições históricas específicas. Esses elementos, quando analisados em conjunto, contribuem para compreender os processos de ocupação e transformação urbana, permitindo relacionar a materialidade do ambiente construído às dinâmicas sociais, políticas e econômicas que participaram da constituição do município.

A compreensão da arquitetura como documento histórico pressupõe, entretanto, reconhecer que os elementos materiais não apresentam significados independentes dos contextos nos quais foram produzidos. Uma edificação, uma praça ou uma rua pode revelar características de determinado período, mas sua

interpretação exige considerar os usos, as transformações e as relações sociais associados àquele espaço. Assim, a leitura histórica da paisagem urbana não deve limitar-se à identificação de estilos arquitetônicos ou à descrição de características construtivas, sendo necessário compreender o ambiente construído como expressão de processos sociais mais amplos.

No caso de Bagé, a preservação do conjunto urbano oferece condições para investigar relações entre diferentes temporalidades presentes na cidade. A permanência de determinados elementos da configuração histórica permite estabelecer comparações entre formas de ocupação, organização espacial e transformações arquitetônicas, enquanto as alterações documentadas evidenciam que a paisagem urbana não constitui uma realidade estática. O Centro Histórico pode, portanto, ser interpretado como resultado de sucessivas intervenções humanas, nas quais se articulam permanências materiais, mudanças funcionais e diferentes formas de apropriação do espaço.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Halbwachs (2006), para quem a memória coletiva é construída nas relações sociais e encontra nos espaços referências importantes para sua organização. A materialidade urbana pode contribuir para a permanência de referências históricas compartilhadas, embora os significados atribuídos a essas referências sejam construídos e transformados pelos grupos sociais. Dessa maneira, o Centro Histórico não deve ser compreendido como expressão de uma memória única e homogênea, mas como um espaço no qual diferentes experiências e temporalidades podem ser reconhecidas e interpretadas.

A análise documental também permite distinguir a memória urbana das narrativas institucionalmente reconhecidas sobre o patrimônio. Os instrumentos de proteção identificam determinados atributos considerados relevantes para a preservação, mas não abrangem necessariamente a diversidade de experiências sociais associadas ao território. O reconhecimento dessa limitação é importante para compreender que a interpretação educativa do conjunto histórico deve considerar tanto os valores documentados pelos órgãos de

preservação quanto a possibilidade de existência de outras referências culturais, memórias e significados relacionados aos espaços urbanos.

Nesse sentido, um aspecto relevante identificado na documentação é a participação social no processo de reconhecimento patrimonial. O Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011 registra a mobilização do Movimento pela Preservação do Patrimônio Histórico de Bagé, responsável por encaminhar uma solicitação de tombamento acompanhada de abaixo-assinado. Esse registro demonstra que o processo de proteção esteve relacionado também à atuação de segmentos da sociedade interessados na preservação do conjunto urbano.

A existência dessa mobilização permite discutir o patrimônio cultural como objeto de reconhecimento e reivindicação social. Entretanto, o registro documental não permite afirmar que os valores patrimoniais fossem compreendidos de maneira uniforme pela população ou que existisse uma participação generalizada nos processos de preservação. O dado evidencia, sobretudo, que a atribuição de valor ao patrimônio pode envolver relações entre instituições públicas e agentes sociais, constituindo um ponto de partida para refletir sobre as possibilidades de ampliar o debate público acerca da história e da preservação da cidade.

A análise dessa dimensão demonstra que o Centro Histórico de Bagé reúne atributos materiais e referências documentais que possibilitam compreender sua formação e seu reconhecimento como patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, evidencia que a interpretação da memória urbana exige ultrapassar a dimensão estritamente física da preservação, considerando as relações sociais e os processos de atribuição de significados aos espaços. Essa compreensão estabelece fundamentos para discutir a paisagem histórica como recurso educativo.

A materialidade arquitetônica e a leitura educativa da paisagem histórica

A segunda dimensão da análise corresponde às potencialidades da materialidade arquitetônica como fonte de conhecimento. Os estudos sobre o Centro Histórico de Bagé e os documentos de proteção patrimonial permitem identificar diferentes elementos que podem ser mobilizados em processos

educativos, especialmente aqueles relacionados à configuração do tecido urbano, às características arquitetônicas e às transformações da paisagem.

O reconhecimento institucional de atributos como o traçado viário, o alinhamento das edificações, a volumetria predominante e determinados elementos dos espaços públicos evidencia que a preservação do Centro Histórico está relacionada à manutenção de características do conjunto urbano. Essa condição oferece possibilidades de interpretação que ultrapassam a observação individualizada das construções, permitindo investigar as relações entre arquitetura, organização espacial e processos históricos (IPHAE, 2011; 2012).

O traçado urbano constitui um dos elementos que podem ser utilizados para compreender a formação territorial da cidade. A disposição das ruas, a configuração dos quarteirões e a organização dos espaços públicos permitem formular questões sobre os critérios de ocupação, circulação e estruturação do ambiente urbano. A leitura desses elementos, quando articulada a mapas, plantas históricas e outras fontes documentais, pode contribuir para identificar permanências e transformações na organização espacial, relacionando a paisagem contemporânea aos processos históricos de formação da cidade.

De maneira semelhante, a implantação das edificações e suas relações com o espaço público oferecem possibilidades de discussão sobre as formas de ocupação urbana. A disposição das construções nos lotes, os alinhamentos prediais e as relações entre fachadas, passeios e vias públicas constituem características que podem ser interpretadas como expressões de diferentes concepções de organização espacial. A observação desses elementos pode favorecer a compreensão de que a arquitetura não corresponde apenas à produção de objetos edificados, mas integra um sistema de relações urbanas que influencia e é influenciado pelas formas de utilização da cidade.

As tipologias arquitetônicas presentes no conjunto histórico também constituem referências para a investigação das transformações culturais e construtivas. A diversidade de soluções arquitetônicas pode ser relacionada às condições técnicas, econômicas e sociais de diferentes períodos, possibilitando

discutir materiais, sistemas construtivos, organização dos espaços e linguagens formais. Entretanto, a identificação de características estilísticas não deve constituir a finalidade exclusiva da interpretação educativa, mas servir como ponto de partida para investigar as relações entre a produção arquitetônica e os contextos históricos nos quais ela ocorreu.

A leitura da materialidade também permite problematizar os processos de transformação da paisagem urbana. Alterações nas fachadas, mudanças de uso, substituições de materiais e intervenções realizadas ao longo do tempo podem constituir indícios das adaptações do ambiente construído às necessidades de diferentes períodos. Nesse sentido, a interpretação educativa do patrimônio não precisa estar limitada à identificação de elementos considerados originais, podendo contemplar as relações entre permanência, transformação e preservação.

Essa abordagem apresenta aproximações com a concepção de educação desenvolvida por Freire (1989), especialmente no que se refere à importância da leitura crítica da realidade. Ao considerar a paisagem urbana como objeto de investigação, a aprendizagem pode partir de elementos presentes no cotidiano dos sujeitos, estimulando questionamentos sobre suas origens, características e transformações. A observação da arquitetura e do espaço urbano, nesse contexto, não constitui apenas uma atividade de reconhecimento visual, mas uma possibilidade de relacionar experiências concretas a conhecimentos históricos, culturais e sociais.

A interpretação educativa da paisagem histórica também pode favorecer abordagens interdisciplinares. A análise do traçado urbano e das formas de ocupação territorial permite estabelecer relações com a Geografia; a investigação das transformações arquitetônicas e dos processos de formação da cidade aproxima-se da História; a observação de materiais, técnicas e soluções espaciais relaciona-se à Arquitetura; e a interpretação das linguagens formais e expressões culturais pode dialogar com as Artes. Essas possibilidades demonstram que o patrimônio urbano pode constituir uma referência para a

construção integrada de conhecimentos, sem necessariamente exigir sua abordagem como conteúdo isolado.

As reflexões de Londres (2012) contribuem para essa compreensão ao destacar que a relação entre patrimônio e educação não deve restringir-se à transmissão de informações sobre bens culturais. A autora reconhece a importância de desenvolver a capacidade de observação, a curiosidade e a reflexão crítica sobre os espaços e objetos que constituem referências culturais. Nessa perspectiva, a utilização educativa do Centro Histórico de Bagé pode favorecer a interpretação da paisagem como uma fonte de questionamentos, permitindo que os sujeitos investiguem os processos históricos e sociais presentes na configuração do ambiente urbano.

A análise permite, portanto, identificar que a materialidade arquitetônica do Centro Histórico de Bagé apresenta potencialidades educativas relacionadas à compreensão da formação urbana, das transformações da paisagem e das relações entre arquitetura e sociedade. Entretanto, essas potencialidades não decorrem automaticamente da existência de elementos históricos preservados. Sua utilização como recurso de aprendizagem depende de processos de mediação que possibilitem contextualizar as informações, formular problemas e estabelecer relações entre o patrimônio e as experiências dos sujeitos.

Educação patrimonial, apropriação social e potencialidades educativas do conjunto urbano

A terceira categoria de análise relaciona os atributos documentados do Centro Histórico de Bagé aos fundamentos teóricos da educação patrimonial. Os resultados indicam que a interpretação integrada do conjunto urbano oferece possibilidades para o desenvolvimento de abordagens educativas que articulem arquitetura, memória coletiva, história local e identidade cultural, desde que fundamentadas em processos críticos e contextualizados.

O reconhecimento institucional do patrimônio constitui um instrumento importante para sua proteção, mas não assegura, isoladamente, a compreensão dos valores culturais associados aos bens preservados. Conforme Londres (2012), a preservação patrimonial envolve não apenas medidas legais e

técnicas, mas também processos de transmissão, difusão e apropriação dos significados atribuídos aos bens culturais. Essa reflexão permite compreender que a existência de uma área urbana tombada não representa, necessariamente, a consolidação de relações educativas entre a sociedade e seu patrimônio.

No caso do Centro Histórico de Bagé, a documentação institucional apresenta informações sobre os atributos considerados relevantes para o reconhecimento e a preservação do conjunto. Entretanto, a compreensão desses atributos exige conhecimentos sobre a formação da cidade, a organização do espaço urbano e os processos históricos que contribuíram para sua configuração. A educação patrimonial pode atuar nessa relação, oferecendo possibilidades de mediação entre o conhecimento técnico produzido sobre o patrimônio e as experiências sociais relacionadas ao território.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Florêncio (2012), que discute a educação patrimonial como processo de mediação cultural. A partir desse entendimento, os bens patrimoniais podem ser compreendidos como referências para a construção de conhecimentos, e não apenas como objetos destinados à contemplação ou à preservação. A mediação educativa possibilita estabelecer relações entre os elementos materiais, os contextos históricos e as experiências dos sujeitos, favorecendo interpretações que considerem a diversidade de significados atribuídos ao patrimônio cultural.

Entretanto, a educação patrimonial não deve ser reduzida à divulgação de informações institucionais ou à reprodução dos critérios técnicos utilizados para o reconhecimento dos bens. Scifoni (2012) contribui para problematizar essa compreensão ao discutir os fundamentos e as finalidades das práticas educativas relacionadas ao patrimônio cultural. A perspectiva crítica permite reconhecer que os processos de patrimonialização envolvem escolhas, valores e relações sociais que também podem constituir objetos de reflexão educativa.

Aplicada ao Centro Histórico de Bagé, essa abordagem possibilita formular questões sobre os motivos que levaram ao reconhecimento do conjunto, os atributos considerados relevantes para sua preservação e as

relações estabelecidas entre as transformações urbanas e os diferentes interesses sociais. A interpretação do patrimônio pode, assim, ultrapassar a identificação de características arquitetônicas, incorporando discussões sobre os processos de seleção, valorização e proteção dos espaços urbanos.

A participação social registrada no processo de tombamento constitui um elemento significativo para essa discussão. A mobilização em defesa da preservação do Centro Histórico evidencia a possibilidade de envolvimento de agentes sociais nos processos de reconhecimento patrimonial. Sob uma perspectiva educativa, esse registro pode ser utilizado para problematizar o papel da sociedade na definição dos bens considerados relevantes e as relações entre interesse público, preservação e participação cidadã.

Essa possibilidade dialoga com a concepção de educação patrimonial apresentada por Tolentino (2012), que valoriza a reflexão sobre os significados atribuídos ao patrimônio e a diversidade de referências culturais presentes na sociedade. A interpretação do conjunto urbano pode, nesse sentido, favorecer o reconhecimento de que os valores patrimoniais não são exclusivamente determinados pelas características físicas das edificações, mas também resultam de processos sociais de atribuição de significados.

A relação entre patrimônio e identidade cultural exige, contudo, atenção à pluralidade de experiências presentes no território. O Centro Histórico não deve ser compreendido como representação de uma identidade única ou de uma memória compartilhada de maneira uniforme. Diferentes grupos podem estabelecer relações distintas com os mesmos espaços, considerando suas experiências, trajetórias e referências culturais. Dessa forma, práticas educativas fundamentadas na interpretação da paisagem histórica precisam reconhecer a possibilidade de múltiplas narrativas sobre a cidade, evitando apresentar uma única versão de sua história como expressão definitiva da memória coletiva.

O estudo de Saba (s.d.), sobre o projeto *Rolé na Penha*, oferece contribuições para compreender essa dimensão. A experiência analisada pela autora demonstra possibilidades de articulação entre referências culturais do território, história local e participação dos estudantes na construção de

conhecimentos. A identificação coletiva de lugares significativos e a realização de percursos pelo bairro constituíram estratégias para relacionar os conteúdos educativos às experiências e memórias da comunidade.

Embora o contexto social e urbano do projeto seja distinto daquele investigado em Bagé, sua contribuição reside na compreensão de que o território pode ser interpretado a partir das referências culturais reconhecidas pelos próprios sujeitos. Essa perspectiva permite considerar que futuras propostas de educação patrimonial no Centro Histórico de Bagé poderão articular os atributos arquitetônicos reconhecidos institucionalmente às experiências e narrativas de diferentes grupos sociais, ampliando as possibilidades de interpretação do patrimônio.

Outra experiência relevante encontra-se no programa *João Pessoa, Minha Cidade*, apresentado no caderno temático organizado por Tolentino (2012). A iniciativa desenvolveu atividades de sensibilização, aulas de campo no Centro Histórico e oficinas de expressão artística com estudantes da rede municipal de ensino. A articulação entre atividades escolares e percursos urbanos demonstra uma possibilidade de utilização da cidade como referência educativa, permitindo relacionar a observação da paisagem aos conhecimentos e experiências dos participantes.

Essas experiências contribuem para discutir possibilidades de utilização educativa do Centro Histórico de Bagé, sem que isso signifique propor sua reprodução direta. As práticas de educação patrimonial precisam considerar as particularidades históricas, sociais e culturais dos territórios e dos sujeitos envolvidos. Dessa maneira, os exemplos analisados constituem referências para refletir sobre estratégias de mediação, participação e interpretação da paisagem, e não modelos metodológicos que possam ser aplicados indistintamente a diferentes contextos.

A partir da articulação entre as fontes documentais e os referenciais teóricos, identificam-se possibilidades educativas relacionadas à leitura do traçado urbano, à interpretação das tipologias arquitetônicas, à investigação das transformações da paisagem e à problematização dos processos de

reconhecimento patrimonial. Essas possibilidades podem fundamentar atividades de análise de documentos históricos, comparação de representações cartográficas, interpretação de registros arquitetônicos e construção de narrativas sobre os espaços urbanos, desde que organizadas de acordo com os objetivos educativos e as características dos participantes.

A interpretação do conjunto histórico também permite discutir as relações entre preservação e transformação urbana. A existência de instrumentos de proteção não elimina as necessidades de adaptação dos espaços às condições contemporâneas de uso e ocupação. Essa relação pode constituir objeto de reflexão educativa, possibilitando discutir os desafios associados à conservação do patrimônio, às mudanças na paisagem e à conciliação entre diferentes interesses presentes na cidade.

Nesse contexto, a educação patrimonial pode contribuir para ampliar a compreensão do patrimônio como uma construção social e histórica, cujos valores são continuamente interpretados e negociados. A leitura educativa do Centro Histórico de Bagé pode, portanto, favorecer a discussão sobre as relações entre passado e presente, materialidade e memória, proteção institucional e participação social, sem pressupor que a observação da paisagem produza automaticamente sentimentos de pertencimento ou atitudes de preservação.

A principal potencialidade identificada reside na possibilidade de compreender o Centro Histórico como um espaço de investigação, no qual os elementos arquitetônicos e urbanísticos constituem referências para a formulação de questões sobre a cidade. A arquitetura deixa de ser considerada apenas como objeto de contemplação estética e passa a integrar processos de interpretação histórica, cultural e social. Essa perspectiva aproxima-se da concepção freireana de educação problematizadora, na qual o conhecimento é construído por meio da reflexão crítica sobre a realidade (Freire, 1987).

Assim, a análise indica que o conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé apresenta potencialidades para subsidiar práticas de educação patrimonial fundamentadas na leitura crítica da paisagem histórica.

Essas potencialidades relacionam-se à possibilidade de articular conhecimentos sobre a formação urbana, a arquitetura, a memória coletiva e os processos de valorização patrimonial, considerando a cidade como espaço de produção de conhecimentos e de experiências sociais.

Síntese dos resultados e suas implicações para a educação patrimonial

A sistematização das informações bibliográficas e documentais permite identificar três resultados centrais. O primeiro refere-se ao reconhecimento do Centro Histórico de Bagé como um conjunto urbano cuja relevância patrimonial está associada às relações entre traçado viário, espaços públicos, edificações e paisagem. Essa constatação fundamenta a compreensão de que a leitura histórica e educativa do patrimônio deve considerar o conjunto arquitetônico e urbanístico, evitando sua fragmentação em elementos isolados.

O segundo resultado relaciona-se à possibilidade de interpretar a materialidade arquitetônica como fonte de conhecimento histórico. As características documentadas do conjunto oferecem referências para investigar os processos de formação e transformação da cidade, permitindo estabelecer relações entre a configuração do ambiente construído e os contextos sociais, econômicos e culturais que contribuíram para sua constituição. Nesse sentido, a paisagem histórica pode ser compreendida como um documento material que demanda contextualização e interpretação crítica.

O terceiro resultado corresponde à identificação das potencialidades educativas do conjunto urbano, especialmente quando sua leitura é articulada aos fundamentos da educação patrimonial crítica. As contribuições teóricas analisadas indicam que a utilização educativa do patrimônio não deve restringir-se à transmissão de informações sobre edificações ou à valorização de seus atributos formais, mas pode envolver a problematização dos processos históricos, das memórias e das relações sociais que participam da construção dos significados patrimoniais.

A articulação dessas dimensões permite compreender que a cidade como espaço educativo não se define exclusivamente pela presença de bens históricos preservados, mas pelas possibilidades de investigação e construção

de conhecimentos que emergem da interpretação de sua paisagem. No Centro Histórico de Bagé, a materialidade arquitetônica, as referências documentais e o reconhecimento institucional do conjunto constituem elementos que podem subsidiar processos educativos relacionados à história local, à memória coletiva e à identidade cultural.

Entretanto, a identificação dessas potencialidades não corresponde à comprovação de resultados pedagógicos concretos. A pesquisa não realizou intervenções educativas, entrevistas ou avaliações de aprendizagem, de modo que não é possível afirmar mudanças no conhecimento, nas percepções ou nas atitudes dos sujeitos em relação ao patrimônio. Os resultados apresentados constituem interpretações fundamentadas nas fontes documentais e nos referenciais teóricos, oferecendo subsídios para investigações futuras que possam examinar empiricamente as possibilidades discutidas.

Dessa forma, os resultados e a discussão evidenciam que o Centro Histórico de Bagé pode ser compreendido como um espaço educativo em potencial, no qual a leitura integrada da paisagem histórica oferece condições para relacionar arquitetura, memória e educação patrimonial. A contribuição da investigação consiste em demonstrar, no plano teórico e documental, que a interpretação do patrimônio urbano pode ultrapassar sua dimensão monumental e constituir um caminho para compreender criticamente os processos de formação, transformação e atribuição de significados à cidade.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as potencialidades do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS como espaço educativo, discutindo as contribuições da leitura da paisagem histórica para a educação patrimonial, a compreensão da memória coletiva e a valorização da identidade cultural. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se compreender de que maneira os

elementos materiais e as referências históricas presentes no conjunto urbano podem constituir fontes de conhecimento sobre os processos de formação e transformação da cidade.

Os resultados da investigação evidenciaram que o Centro Histórico de Bagé apresenta características arquitetônicas e urbanísticas cuja relevância ultrapassa a dimensão individual das edificações. O reconhecimento patrimonial do conjunto está relacionado às características de sua configuração urbana, às relações entre espaços públicos e construídos e às permanências materiais que testemunham diferentes momentos de sua formação. Nesse sentido, a análise demonstrou a importância de compreender o patrimônio urbano de maneira integrada, reconhecendo que seu significado histórico e cultural também se constitui nas relações estabelecidas entre os diversos elementos da paisagem.

A interpretação da materialidade arquitetônica como documento histórico revelou possibilidades de utilização do ambiente construído como referência para processos educativos. O traçado das vias, a organização dos quarteirões, as tipologias arquitetônicas e as transformações da paisagem constituem elementos que podem favorecer a investigação da história local e a compreensão das relações entre arquitetura, sociedade e território. Dessa forma, a cidade pode ser compreendida não apenas como cenário das experiências cotidianas, mas como um espaço que reúne registros materiais capazes de contribuir para a construção de conhecimentos históricos, culturais e sociais.

A pesquisa também permitiu reconhecer que a proteção institucional do patrimônio cultural, embora fundamental para sua preservação, não assegura, isoladamente, a compreensão e a apropriação social dos valores atribuídos aos bens protegidos. A educação patrimonial apresenta-se, nesse contexto, como uma possibilidade de aproximação entre os conhecimentos produzidos sobre o patrimônio e as experiências dos sujeitos com a cidade. Entretanto, essa aproximação exige práticas educativas que ultrapassem a transmissão de informações históricas e arquitetônicas, valorizando a observação, o questionamento, a contextualização e a reflexão crítica sobre os espaços urbanos.

A articulação entre arquitetura, memória coletiva e educação patrimonial também evidenciou a necessidade de reconhecer a pluralidade de significados associados ao patrimônio cultural. A paisagem histórica não representa uma memória única ou definitiva, mas reúne referências que podem ser interpretadas de diferentes maneiras, conforme as experiências e relações estabelecidas pelos grupos sociais com o território. Assim, compreender o Centro Histórico como espaço educativo pressupõe considerar tanto os atributos reconhecidos institucionalmente quanto as possibilidades de construção de outras narrativas sobre a cidade, favorecendo abordagens que relacionem patrimônio, identidade cultural e participação social.

Diante dessas considerações, conclui-se que a leitura integrada do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé apresenta potencialidades para fundamentar práticas de educação patrimonial que relacionem a materialidade da paisagem histórica aos processos de construção da memória coletiva e da identidade cultural. A principal contribuição do estudo consiste em demonstrar que o patrimônio urbano pode ser compreendido como fonte de conhecimento e objeto de reflexão educativa, ampliando sua interpretação para além da valorização estética ou monumental das edificações. Essa perspectiva permite reconhecer a cidade como um espaço de aprendizagem, no qual as relações entre passado e presente podem ser investigadas a partir dos elementos materiais e culturais que constituem o ambiente urbano.

Cabe destacar, contudo, que os resultados apresentados decorrem de uma investigação bibliográfica e documental, não envolvendo a realização de atividades educativas, entrevistas ou avaliações de aprendizagem. Dessa maneira, as potencialidades identificadas correspondem a possibilidades fundamentadas na interpretação das fontes e dos referenciais teóricos, não constituindo comprovação de efeitos pedagógicos sobre os sujeitos. Como desdobramento, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas que contemplem experiências educativas no Centro Histórico de Bagé, envolvendo instituições de ensino e diferentes grupos sociais, de modo a investigar como a leitura da

paisagem urbana pode contribuir efetivamente para a construção de conhecimentos e para a compreensão dos significados atribuídos ao patrimônio cultural.

Por fim, reafirma-se que reconhecer o Centro Histórico de Bagé como espaço educativo significa compreender que sua importância não se restringe à preservação de edificações e características urbanísticas, mas também às possibilidades de interpretação dos processos históricos e sociais materializados na paisagem. Ao aproximar arquitetura, memória e educação patrimonial, o estudo contribui para ampliar a reflexão sobre o papel do patrimônio cultural na formação dos sujeitos, destacando a cidade como um espaço de conhecimento, questionamento e construção de sentidos sobre a história e o território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 22-29. (Caderno Temático, 2).

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/579. Acesso em: 16 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; NEUTZLING, Simone. O patrimônio urbano da rainha da fronteira: Bagé, RS. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 5, p. 71-86, abr./jul. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9525/6339. Acesso em: 16 out. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). **Parecer Técnico nº 18/2011: tombamento da área do perímetro antigo da cidade de Bagé**. Porto Alegre: IPHAE, 21 dez. 2011. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/01/Pare.18-Tombamento_area_perimetro_antigo_cidade_de_Bage.pdf. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). **Portaria nº 62/2012: tombamento do Centro Histórico de Bagé**. Porto Alegre: IPHAE, 2012. Disponível em: https://www.iphae.rs.gov.br/centro-historico-de-bage. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). **Centro Histórico de Bagé**. Porto Alegre: IPHAE, 2026. Disponível em: https://www.iphae.rs.gov.br/centro-historico-de-bage. Acesso em: 16 out. 2026.

LONDRES, Cecília. O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 14-21. (Caderno Temático, 2).

SABA, Ana Gabriela. Educação patrimonial: um caminho para ressignificar a história local. In: CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL, 3., 2020. **Anais eletrônicos [...]**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1623592609_ARQUIVO_abce244b5b232f9276ab5570d1ccdadc.pdf. Acesso em: 16 out. 2026.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 30-37. (Caderno Temático, 2).

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que é patrimônio cultural para você? In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático, 2).

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático, 2). Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/abd792ad-c2f6-4620-9aae-eee23bafc897/full. Acesso em: 16 out. 2026.

TRILLA BERNET, Jaume. Ciudades educadoras: bases conceptuales. In: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org.). **Cidades educadoras**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997. p. 13-34.